

Dos trabalhos do Congresso se conclui, como de qualquer outro congresso dedicado a qualquer outro grande poeta, que o estudo da poesia é a consciência da fluida historicidade da palavra, à revelia do impulso crítico suasório para a fixar no tempo e no espaço do texto: a consciência mesma — e a esperança — da necessária continuidade da nossa tarefa de estudiosos de literatura. Nunca estará tudo dito — e as *Actas* deste Congresso, cuja publicação se anuncia para breve, aí estarão a confirmá-lo.

*Maria Irene Ramalho de Sousa Santos*

#### CONFERÊNCIA EUROPEIA SOBRE NOVAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A Conferência Europeia sobre Novas Formas de Cooperação, realizada em Steinkjer, na Noruega, de 15 a 19 de Agosto de 1983, foi organizada pelo Regional College of Nord-Trondelag e pelo Rural Research Group da Universidade de Trondheim e constituiu um interessante *forum* de discussão acerca da, hoje indesmentível, nova etapa da afirmação das formas cooperativas na Europa.

Ao reunir 38 investigadores de diferentes áreas disciplinares e de diferentes experiências, que apresentaram 25 comunicações, esta Conferência revelou a importância crescente que o fenómeno cooperativo vem ganhando na investigação do âmbito das ciências sociais e tornou também claro que este interesse decorre fundamentalmente do novo sentido que estas manifestações têm vindo a assumir face à complexificação crescente da organização da vida económica e social.

O ponto de partida foi a constatação de que, na última década, em muitos países europeus se assistiu a uma «nova vaga» de cooperação. Na agricultura, a principal vitalidade verificou-se em esferas de actividade produtiva habitualmente pouco marcadas pelas instituições cooperativas «tradicionais»; na indústria, são os diferentes tipos de cooperativas de produção; nas comunidades é o papel desempenhado pelas formas autogeridas, cujo desenvolvimento, baseado no alargamento das relações de vizinhança, conduz a novas maneiras de intervenção na organização do modo de viver. Numa pluralidade de formas o mesmo objectivo: conjugar esforços ao nível de base para atingir metas comuns de ordem económica ou cultural.

Dada esta diversidade das novas manifestações e dada a própria tradição das formas tradicionais, mais significativa nuns países do que noutros, algumas questões surgiram, desde logo, na discussão: até que ponto existe um efectivo crescimento de «novas formas»? Não se tratará, pelo contrário, de uma nova vaga de «velhas formas»? O que separa as diferentes formas?

Daí que nos fosse proposto que, para distinguir o «novo» do «tradicional», tomássemos principalmente em conta a natureza do processo de trabalho sendo a existência de actividade em comum o ponto diferenciador. Esta proposta (de Reider Almas, da Noruega) decorreu, por certo, de a tradição cooperativa ter, nalguns países, levado a formas de gigantismo e de preponderância da dimensão comercial, conseguidas à custa do esgotamento das possibilidades de participação.

Sendo a distinção conceptual clara, já no que diz respeito às relações entre as formas instituídas e as novas tem algum interesse tomar em conta as particularidades nacionais. É notório que em países como os escandinavos, onde o peso assumido pelas organizações cooperativas é de tal grandeza que elas constituem, *ao mesmo tempo*, um elemento de forte intervenção nas economias e de consagração da não-participação, são as novas formas que representam um papel bem diferente, pela maneira como tomam nas suas mãos princípios antigos e vontades novas.

Já noutros países (Portugal, porque não?) mantendo-se embora o sentido da distinção, não deverá deixar de se considerar que as formas tradicionais representam ainda, em muitos casos, instrumentos com os quais se luta por uma intervenção de real significado cooperativo e que, por outro lado, as novas formas são um produto suficientemente recente, fruto de muitas motivações, e onde a sua afirmação pode estar fortemente ligada ao apoio conjugado dos vários polos do movimento (dando justificação ao princípio da *intercooperação*).

Mas não deixa de ser certo que entre o paradigma do consumo e o da actividade em comum há uma diferença clara.

A Conferência organizou-se em quatro sessões:

Uma *sessão de abertura* destinada à obtenção de uma perspectiva geral que desse lugar a uma grelha de análise comum. Foi aqui que se procurou definir o sentido do termo «novas formas de cooperação» e se procurou isolar os efeitos do processo de industrialização e o impacto ao nível do desenvolvimento global. Os exemplos da Noruega e de Portugal (comunicação de Nelson Lourenço, da Universidade Nova de Lisboa) representaram o referencial concreto da discussão.

Na segunda sessão, *Cooperação nas indústrias manufactureras*, o enfoque principal incidiu sobre os problemas das cooperativas de produção e sobre as questões da escala e da coordenação dos esforços cooperativos.

Na sessão destinada às *Relações entre formas novas e tradicionais de cooperação*, para além desta questão, foram discutidas várias experiências nacionais.

Finalmente, na sessão sobre a *Cooperação agrícola*, as comunicações apresentadas assinalaram, ainda que por diferentes vias, as profundas alterações que afectam a economia rural e as novas condições daí decorrentes para o exercício da actividade cooperativa.

No que diz respeito à participação portuguesa, e para além da comunicação já referida de Nelson Lourenço, houve mais duas comunicações — a de José Baptista, da Universidade Nova de Lisboa, que comparou dois modelos de organização na reforma agrária, o centralizado e o autogestionário, e a de José Reis, do Centro de Estudos Cooperativos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, acerca do modo como uma nova forma de cooperação, em Barcouço, mobilizou o campesinato e simbolizou um catalizador de desenvolvimento estrutural.

Como síntese desta Conferência diria que houve três questões particularmente relevantes que cruzaram as diferentes sessões. Trata-se do *contexto*, das *potencialidades* e dos *obstáculos* deste «novo fenómeno sócio-económico».

A burocratização crescente das sociedades (com reforço dos aparelhos e dos processos de controlo) bem como a amplitude de crise levaram a que às razões que fazem das cooperativas «filhos da pobreza» se juntem as forças de uma «nova pobreza» (as expressões são do polaco Kowalak). É que, para além da procura de novas oportunidades de trabalho, importa também ganhar as condições que respeitem a própria dignidade do trabalho e que respondam às *novas necessidades* que os sistemas criam — liberdade e tempos de lazer, recusa da mera execução de papeis pré-determinados...

As «cooperativas podem não mudar nem o sistema capitalista nem o do socialismo real» mas não se lhes podem negar potencialidades para juntar meios dispersos e para os utilizar com outros proveitos, bem diferentes dos que resultam das economias patronais.

Não se duvidará que há obstáculos — os resultados económicos condicionam o exercício das solidariedades, as actividades em comum sofrem a concorrência quer das que permanecem individuais (este é um exemplo mais significativo para o caso

da produção agrícola) quer das que representam a lógica capitalista das economias. Pode ainda apontar-se que as novas formas de cooperação não ganharão estabilidade sem suporte político.

O problema principal estará, contudo, na capacidade para conciliar *eficiência* económica com *democracia* e *participação*. Este grande desafio exige principalmente que se construam condições que são, em muito, endógenas ao movimento.

Veremos que balanço nos poderá oferecer a II Conferência, programada para um país da Europa do Sul.

*José Reis*

#### 1.º COLÓQUIO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITO ECONÓMICO

De 29 de Setembro a 2 de Outubro de 1983, realizou-se em Rennes o 1.º Colóquio da *Associação Internacional de Direito Económico* (AIDE), reunindo participantes da França, Bélgica, Tunísia, Argélia, Mali, Itália e Portugal.

Criada em 1982, a AIDE propõe-se agrupar juristas e economistas interessados numa reflexão interdisciplinar. Para facilitar as trocas e a colaboração entre os seus membros, a Associação publica um Boletim de informação sobre actividades de investigação e principais iniciativas internacionais no domínio do Direito Económico.

Este 1.º Colóquio teve como tema: «*Autoridade e responsabilidade no domínio da decisão económica*». Para além de uma sessão de abertura (com comunicações de M. Gérard Farjat, presidente da AIDE, e M. C. Champaud, vice-presidente e organizador do Colóquio), a discussão foi repartida por três secções que trataram o tema Empresa, Autoridade e Responsabilidade relacionando-o com poderes públicos, poderes privados e organização interna do poder.

A questão central na 1.ª secção era, esquematicamente, a de saber como se repartem entre empresas e poderes públicos a autoridade — quer dizer o poder de decisão económica — e a responsabilidade (em qualquer das suas formas). Existirá sempre correspondência entre uma certa autoridade de um determinado operador económico e uma forma de responsabilidade jurídica?